

• Política

CONSTITUINTE

Um debate sobre o poder de intervenção do Estado na economia

por Adriana Vera e Silva de São Paulo

Os constituintes Jarbas Passarinho (PDS-PA), Severo Gomes (PMDB-SP), Guilherme Afif Domingos (PL-SP), Francisco Dornelles (PFL-RJ) e César Maia (PDT-RJ) debateram na manhã de ontem temas em estudo na Comissão Constitucional de Ordem Econômica. O debate foi promovido pela revista Exame e realizou-se no auditório da Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel), em Brasília, sendo transmitido em circuito fechado para diversos estados.



César Maia

A primeira questão dirigida aos constituintes foi se a atual fase de desaceleração da economia se deve a fatores políticos ou econômicos. A exceção do peemedebista Severo Gomes, todos os debatedores atribuíram a responsabilidade pela atual conjuntura ao PMDB. "O ministro da Fazenda não pode obedecer a dois chefes: o presidente Sarney e o presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães", disse Afif Domingos. O deputado César Maia completou: "A recessão de hoje deve-se às medidas econômicas do ano passado, que tinham um intuito político básico — resgatar uma legitimidade que o governo Sarney não tem".

A participação do Estado na economia também causou polémica. O deputado Dornelles definiu o Brasil como um "Estado-empresa enorme e ineficiente". Segundo ele, "os impostos são desviados para cobrir os déficits das estatais; por isso é o governo o responsável pelas altas taxas de juro".

Severo Gomes revidou: "O Brasil precisou de financiamentos estatais para se desenvolver e as empresas privadas também recebem incentivos vindos do dinheiro público". Dornelles não se deu por vencido e disse que "tanto as empresas estatais quanto as privadas recebem incentivo. As empresas privadas dão lucro, as estatais, prejuízo. As empresas privadas geram imposto de Renda e as estatais sugam esse imposto".

Já o deputado César Maia defendeu a participação do Estado apenas nos setores sociais e estratégicos. Na sua opinião, os demais devem ficar a encargo da iniciativa privada.

EMPRESA NACIONAL
Quanto à restrição da participação de capital estrangeiro em empreendimentos nacionais, César Maia afirmou que "deve haver liberdade total de concorrência entre empresas nacionais e estrangeiras, com exceção para as áreas estratégicas, que devem ser exploradas por capital brasileiro".

Para Severo Gomes, a Constituinte deve definir como empresa nacional aquela que tiver sócios brasileiros e centro de decisão no Brasil. Dornelles preferiu que "a definição de empresa nacional faça parte

Velhos adversários trocam farpas na TV

por Adriana Vera e Silva de São Paulo

Velhos adversários políticos, os senadores Jarbas Passarinho (PDS-PA) e Severo Gomes (PMDB-SP) gastaram boa parte da manhã de ontem trocando farpas na televisão, durante o debate. Passarinho, em certo momento, criticou o PMDB convidando-o a assumir suas responsabilidades como o PDS fez no passado. A resposta de Severo Gomes foi rápida: "Todos nós sabemos que o PDS não saiu do governo espontaneamente".

Passarinho afirmou admirar "a facilidade com que o senador Severo Gomes passava, tranqüila-

mente, ao longo das questões, sem respondê-las". A certa altura, acusou Gomes de "só pertencer ao PMDB quando é bom, quando é ruim, ele sai".

O deputado César Maia (PDT-RJ), também, foi agressivo. Disse o deputado Afif Domingos (PL-SP), que ele não podia falar mal das empresas estatais, pois "fez parte de um governo (de Paulo Maluf) que gastou milhões e milhões com a Paulipetro". Afif não deixou por menos: "Se for para começar com este tipo de alusão, serei obrigado a dizer que o deputado César Maia fez parte de um governo que, em termos de empresa, só incentivou o jogo do bicho".

Nas disposições transitórias foi mantida a anistia a civis e militares punidos por motivos políticos, no período de 18.09.46 a 01.01.87.

O relatório da Subcomissão da saúde, Seguridade e Meio Ambiente também foi mantido na sua quase totalidade.

Também foram mantidas as comissões por locais de trabalho; a liberdade de organização das entidades sindicais; comissões paritárias nas empresas de economia mista, da administração pública e empresas concessionárias de serviços públicos.

Nas disposições transitórias foi mantida a anistia a civis e militares punidos por motivos políticos, no período de 18.09.46 a 01.01.87.

O relatório da Subcomissão da saúde, Seguridade e Meio Ambiente também foi mantido na sua quase totalidade.

O relatório da Subcomissão da saúde, Seguridade e Meio Ambiente também foi mantido na sua quase totalidade.

Comissão da Ordem Social divulga seu relatório

Já saiu o esboço do relatório da Comissão de Ordem Social, o relator da Comissão, senador Almir Gabriel, do PMDB-PA, submeteu o esboço aos relatores das três subcomissões que compõem a Comissão Temática.

Na questão dos direitos dos trabalhadores, o relator manteve o salário mínimo real; a participação nos lucros; a jornada de trabalho de 40 horas; a estabilidade no emprego desde a admissão; o reconhecimento das convenções de trabalho; a proibição de sublocação de mão-de-obra e o seguro desemprego.

Também foram mantidas as comissões por locais de trabalho; a liberdade de organização das entidades sindicais; comissões paritárias nas empresas de economia mista, da administração pública e empresas concessionárias de serviços públicos.

Nas disposições transitórias foi mantida a anistia a civis e militares punidos por motivos políticos, no período de 18.09.46 a 01.01.87.

A pressão dos trabalhadores rurais

por Francisca Stella Fagá de Brasília

Até o final de julho, quando o projeto da Constituição já estiver no plenário para discussão, o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), José Francisco da Silva, espera ter em mãos milhões de assinaturas de apoio à proposta articulada da campanha nacional de reforma agrária.

A proposta será encaminhada à Comissão de Sistematização na forma de emenda popular, que, pelo regimento interno da Constituinte, pode ser apresentada por no mínimo 30 mil eleitores; em listas organizadas por pelo menos três entidades.

Coordenada por dezesseis entidades, entre elas a Contag, a Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), a Comissão Pastoral da Terra, o Instituto Brasileiro de Análise Econômica (Ibase) e o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIA), a campanha pretende influenciar a Constituinte para adotar instrumentos avançados de reforma agrária.

A estratégia, segundo o presidente da Contag, começa pela mobilização do conjunto de 14 milhões de trabalhadores rurais, dos quais 9 milhões são sindicalizados. No País inteiro, as 22 federações e os 2,7 mil sindicatos filiados à Contag já começaram a trabalhar.

Além de colher as assinaturas para a emenda popular, a campanha tem o objetivo de levar o maior nú-

OAB coleta 1 milhão de assinaturas

por Milton Wells de Porto Alegre

O presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Marcio Thomas Bastos, lançou campanha ontem na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul para o recolhimento de 1 milhão de assinaturas, visando a apresentação de cinco propostas ao plenário da Constituinte. Os temas das propostas incluem direitos dos trabalhadores, reforma urbana, educação, reforma agrária e instrumentos de participação popular. Bastos afirmou que a iniciativa da OAB, que conta com o apoio de várias

entidades e sindicatos do País, tem por objetivo reequilibrar as forças da Assembleia Constituinte, cuja tendência no momento, segundo ele, são de nitido conteúdo conservador.

"Temos de reforçar os quadros progressistas, para que seja possível democratizar a Constituição", afirmou o jurista. "Os conservadores tiveram vitórias importantes nas subcomissões, e agora cabe aos progressistas evitar uma Constituição que se vislumbra extremamente reacionária."

Bastos lamentou que as eleições para a Constituinte tenham coincido com as campanhas pa-

ra os governos dos estados, e criticou o abuso do poder econômico e também a falta de uma regra mais democrática de acesso aos meios de comunicação. Contudo, acredita que a Constituinte "não é um jogo com escorredor" e sustentou que a democracia não pode beneficiar apenas um terço da população do País, com a exclusão daqueles sem poder de influência "os menos favorecidos, os sem-voz".

Disse que mediante a participação popular e o alargamento do conceito de cidadania, a Constituinte poderá reunir forças para definir o mandato do presidente José Sarney, e afirmou ser favo-

rável a convocação de eleições diretas para a Presidência da República noventa dias após a promulgação da Constituição. "Esse governo, que ai está, ascendeu ao poder sob a chancela da transitoriedade, e sua permanência até 1990 constitui-se num golpe contra a Nação", declarou.

O jurista diz que as elites estão organizando "lobbies" para a preservação de injustiças, como a concentração de renda, e observou que mesmo entre os juizes de Direito está em curso uma mobilização para a preservação do Supremo Tribunal Federal (STF), o que julga um retrocesso.

mero possível de trabalhadores ao Congresso durante as votações. Pretende, também, acompanhar de perto a atuação dos parlamentares para depois informar as bases sobre as posições que defenderam.

O presidente da Contag já identificou parlamentares que em suas campanhas eleitorais se comprometeram a defender a reforma agrária, mas que, na prática, trabalham contra.

Por enquanto, segundo Francisco da Silva, o esforço da campanha é impedir que da Comissão da Ordem Econômica saia um projeto que represente algum retrocesso em relação ao Estatuto da Terra.

Mas o grande momento da campanha, conforme o representante da ABRA

em Brasília, Oswaldo Russo, serão as votações do plenário da Constituinte, que começam a partir de julho.

A grande discussão, segundo Russo, envolverá a negociação para a fixação de um limite máximo para a propriedade rural. A proposta da campanha nacional de reforma agrária fixa o limite de sessenta módulos rurais, que variam entre 300 e 6 mil hectares, conforme a região.

O programa do PMDB, aprovado em agosto do ano passado durante o congresso do partido, prevê o limite de trezentos módulos rurais. E os parlamentares que integram o grupo mais conservador da Constituinte não aceitam a fixação de limite algum, exceto a capacidade econômica do

proprietário, como sugere o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP).

A proposta que está sendo objeto de coleta de assinaturas dos trabalhadores rurais prevê também a possibilidade de a União tomar posse imediatamente das terras desapropriadas e define a propriedade rural como obrigação social. A indenização teria como limite máximo o valor declarado pelo proprietário para pagamento do Imposto Territorial Rural.

Outros artigos da proposta prevêm a garantia de que propriedades de dimensão inferior a três módulos rurais sejam excluídas de desapropriações. A regra, segundo Russo, atinge um universo de 86% dos imóveis cadastrados pelo INCRA, 3,8 mi-

lhões de propriedades rurais.

Russo considera razoável a sugestão formulada a representantes da Contag e da ABRA pelo relator da Comissão da Ordem Econômica, senador Severo Gomes (PMDB-SP), para resolver o impasse entre os que defendem a imissão imediata na posse de imóveis desapropriados e os que desejam manter o sistema atual, que permite a eternização das discussões judiciais sobre a desapropriação e inviabiliza na prática a reforma agrária.

Severo Gomes propôs que a União possa tomar posse imediatamente dos imóveis desapropriados e que o proprietário possa discutir o ato quanto quiser na Justiça. Se sair vitorioso,

recebe a indenização em dinheiro. Se sair derrotado, recebe em títulos da dívida agrária. Tudo dependerá, segundo Russo, dos parâmetros de valor de indenização a serem fixados.

No próximo dia 16, as entidades que coordenam a campanha pela reforma agrária estarão reunidas no Congresso Nacional com outras trinta entidades que compõem a articulação nacional de entidades pela mobilização popular na Constituinte. Com os representantes de outras categorias sociais, de trabalhadores urbanos, professores, moradores, estudantes, programaram inúmeras manifestações populares para 17 de julho, já batizada de Dia Nacional de Mobilização.

Abertura ao capital estrangeiro, uma tese que produz conflitos

por Andrew Greenlees de Brasília

Encarregados de elaborar o anteprojeto sobre ciência, tecnologia e comunicação, entre outros temas constitucionais, o deputado Paulo Alberto de Barros (Artur da Távola), do PMDB do Rio, já detectou as grandes fontes de atrito nos debates de sua comissão: o princípio da reserva de mercado, a caracterização da empresa nacional e a questão nuclear. Mas, na opinião do relator, o conflito não se resumirá ao binômio progressistas/conservadores, será, na verdade, o choque da aliança entre estado e empresa nacional com a tese da abertura total ao mercado externo.

Artur da Távola evita adiantar as definições do texto que deverá apresentar até a próxima segunda-feira, mas admite que "é muito na linha do que foi aprovado", ou seja, o anteprojeto da Subcomissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação. O deputado peemedebista discorda da classificação de "estatazante" aplicada por uma ala parlamentar a este texto. "Houve sim fortalecimento da empresa nacional", sustenta Artur da Távola.

A reserva de mercado realmente dividirá o debate", afirmou ontem o relator, para quem o PMDB e o PFL, partidos governistas e majoritários na Constituinte, precisam urgentemente articular o apoio à proposta. A importância da caracterização da empresa nacional, acrescenta Artur da Távola, está na destinação de incentivos, a serem

Conceitos polêmicos

por Andrew Greenlees de Brasília

O anteprojeto aprovado pela Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação estabelece, entre outros, os seguintes princípios:

- Reserva de mercado — Será determinada em lei: o mercado interno, de forma geral, constitui patrimônio nacional, devendo viabilizar o desenvolvimento socioeconômico, o bem-estar da população e a realização da autonomia tecnológica e cultural do País.
- Empresa nacional — É aquela cujo controle de capital esteja permanentemente em poder de brasileiros, cons-

tituída e com sede no País, onde terá o centro de suas decisões. O Estado e a administração pública utilizarão preferencialmente bens e serviços de empresas nacionais:

- Concessões de canais — Cabe à União autorizá-las, com aprovação do Congresso, pelo período de quinze anos, renováveis, desde que não haja sentença contrária do Poder Judiciário.
- Propriedade — Somente poderão ser proprietários de empresas jornalísticas e de radiodifusão os brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. No caso de pessoas jurídicas, apenas terão direito de propriedade os par-

tidos políticos e as empresas de capital nacional, desde que a participação não exceda 30% em ações sem direito a voto e não convertíveis. São proibidos os monopólios ou oligopólios:

- Censura — Será livre a manifestação do pensamento, os abusos serão tratados pela lei;
- Usinas nucleares — Sua instalação dependerá de prévia consulta ao Congresso Nacional;
- Privacidade — O Estado garantirá ao indivíduo que terá acesso às informações a seu respeito em qualquer banco de dados, público ou privado.

determinados em lei ordinária. Já o problema nuclear e de armamentos em geral apresenta três opções: a competência exclusiva do Executivo para decisões, a consulta ao Congresso ou o plebiscito na região a receber influência de instalações.

Segundo o relator, as 1.047 emendas apresentadas a sua comissão mostram uma clara tendência, em todos os campos, de fortalecer o Congresso e as Instituições sociais.

Seria o Congresso, aliás, responsável por autorizar concessões de canais de rádio e TV, definidas anteriormente pelo Poder Executivo. A ideia de se criar um Conselho Nacional de Comunicação — integrado por representantes de diversos segmentos sociais e encarregado de examinar as concessões — deverá

voltar à discussão, avaliou Artur da Távola. O Conselho gerou forte polémica na subcomissão, que acabou rejeitando a tese. Para o relator, no entanto, a resistência não é ao conselho em si, mas a sua composição. Assim, ele acredita na aprovação, pelo menos parcial, desta tese na comissão.

Na reunião de ontem da comissão, Artur da Távola chegou a solicitar ao ministro das Comunicações, Antonio Carlos Magalhães — convidado para uma palestra — que suspendesse as concessões até a promulgação da nova Carta. O ministro, a princípio, evitou aceitar o pedido, mas acabou concordando em analisá-lo. Na opinião de Antônio Carlos Magalhães, o País precisa abrir maior número de concessões para radiodifusão.

Ele citou alguns números: no ano passado, por exemplo, o governo atendeu a 155 pedidos de operação de canais de rádio e TV; neste ano, até o momento, as concessões já atingem 63.

Nem tudo, porém, tende ao confronto, anima-se Artur da Távola. Entre os pontos do provável consenso, ele enumera a propriedade de empresas jornalísticas e de radiodifusão exclusivamente para brasileiros natos ou naturalizados; a garantia de recursos à pesquisa e à liberdade de expressão (a censura tenderia a ser "classificatória", ou seja, por idade e horário). "Precisamos fazer o máximo para evitar o maniqueísmo e buscar a bandeira comum da modernização e do progresso do País", diz Artur da Távola.

PFL sugere compensação aos estados

Reforçar o conceito de federalismo fiscal, compensar os estados que efetivamente contribuem para a obtenção dos saldos positivos na balança comercial do País e acabar com a restrição na participação do Fundo de Participação dos Estados (FPE) do Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Estas foram algumas das sugestões das emendas apresentadas na reunião de ontem, no gabinete da liderança do PFL, no Senado Federal, e da qual participaram o senador Carlos Chiarelli, líder do partido no Senado; Francisco Dornelles, presidente da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças; o deputado federal Arnaldo Prieto (PFL/RS) e uma comissão interpartidária formada pelos deputados estaduais gaúchos Mendes Ribeiro (PMDB), Eloy Zanella (PFL), Aloisios Berlese (PDT) e Francisco Sérgio Terra (PDS).

Segundo proposta, o FPE seria destinado apenas aos estados do Nordeste, e os do Sul e Sudeste seriam compensados com o aumento do IPI e do IR, de 5 para 10%. Isso não agradou, e a oposição à proposta já começa a aparecer.

A destinação do FPE somente para o Nordeste já começa a gerar muita polémica entre os constituintes. A proposta surgiu na Comissão do Sistema Tributário, de Orçamento e de Finanças e gerou descontentamento entre parlamentares do Sul e do Sudeste, que perderiam dinheiro com a alternativa proposta pelos parlamentares do Nordeste.

No caso específico do Rio Grande do Sul, os parlamentares, segundo a EBN, defendem a necessidade de redefinir o conceito de "produto industrializado" e compensar os estados que, efetivamente, contribuem para a obtenção dos indispensáveis saldos positivos na balança comercial do Brasil, mas que com isso têm sofrido perdas na arrecadação do tributo relativo às operações com o exterior.

Os deputados nordestinos estão dispostos a lutar até o final para assegurar essas

conquistas. O deputado Benito Gama (PFL-BA) ressaltou ontem que o Nordeste ganharia o aumento no Fundo de Participação dos Estados, que passaria a ser repassado pelo bruto e não pelo líquido. Outro ganho, seria a participação dos estados no FPE, de 14 para 16% em 1988, e crescimento de 0,5% durante cinco anos.

O relator da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, da Constituinte, deputado José Serra (PMDB-SP) e uma equipe de assessores continuam trabalhando sobre as 1.164 emendas recebidas na segunda-feira, e com as quais muitos constituintes pretendem mudar os pareceres aprovados nas três subcomissões respectivas.

O Prodasen — Processamento de Dados do Senado — designou um "gerente" de programas para atender ao relator e fazer sua ligação com o grupo de digitadores posto à disposição da comissão. Além disso, José Serra mandou vir de São Paulo alguns técnicos de sua confiança com os quais ele já havia trabalhado quando secretário da Fa-

zenda. Eles se somaram a treze assessores do Senado e da Câmara para ajudar no trabalho. A equipe chegou a quase trinta pessoas.

O deputado José Serra informou que vai entregar o seu parecer neste sábado. Mas vai ser uma entrega apenas simbólica. E provável que o documento completo só fique pronto no domingo. Por isso, ele só começará a ser discutido na próxima segunda-feira em sessão plenária da comissão. Na segunda, já será contado o prazo para que os constituintes da comissão emendem o parecer do relator. O prazo termina na terça-feira.

Apesar do número muito elevado de emendas recebidas até segunda-feira passada, o parecer de José Serra não deverá apresentar mudanças muito significativas em relação aos pareceres recebidos das três subcomissões. Mas a fase de votação do parecer, que deve começar na próxima quarta-feira, promete debates acirrados, principalmente das questões relacionadas à área financeira.

As regras para as emendas populares

por Francisca Stella Fagá de Brasília

A participação popular está aberta pelo regimento interno da Constituinte. Emendas populares, apresentadas por mais de 30 mil eleitores em listas organizadas por pelo menos três entidades, terão a mesma tramitação que apresentadas pelos próprios constituintes, com uma diferença: Se receberem parecer contrário por unanimidade da Comissão de Sistematização, serão arquivadas. Mesmo assim, se forem subscritas por pelo menos um constituinte, irão à votação do plenário, juntamente com as demais que receberem parecer contrário.

As emendas populares devem ser entregues à Comissão de Sistematização da Constituinte que, no prazo de 48 horas, deve manifestar-se sobre o recebimento.

Um dos signatários da emenda terá o direito de defendê-la oralmente na Comissão de Sistematização, durante vinte minutos. As emendas poderão ter vários artigos, mas deverão circunscrever-se a um único assunto.

Se forem respeitados os prazos previstos no regimento interno para as diversas etapas da Constituinte, as emendas populares começarão a ir a plenário para discussão e votação no final do mês de julho.

Persistem dúvidas sobre as formas de votação

por Andrew Greenlees de Brasília

Os membros da Comissão de Sistematização — responsáveis pela compatibilização dos anteprojeto das demais comissões — ainda têm uma dúvida quanto ao funcionamento de seus trabalhos: por enquanto não há definição sobre a maioria, se simples ou absoluta, necessária para aprovar projetos que envolvem a soberania da Constituinte, chamados "projetos de decisão".

A reunião de ontem foi suspensa quando faltava apenas esta definição para que o regimento da sistematização fosse concluído. Pela proposta do relator, deputado Bernardo Cabral, do PMDB, basta a maioria simples dos membros presentes à sessão para apro-

var um projeto. O deputado Gerson Peres, do PDS, discordou e defendeu a maioria absoluta, ou seja, maioria de mais um do número total da comissão de 93 membros. Em qualquer caso, somente poderá haver votação quando pelo menos 47 constituintes estiverem em plenário.

Peres pediu votação nominal para a sua proposta. Não houve quórum e a sessão foi suspensa para convocação de parlamentares. Na reabertura, o vice-presidente da comissão, deputado Aluisio Campos, insistiu na votação nominal, já sem a presença de Peres. Os demais membros, na grande maioria favoráveis ao parecer de Cabral, protestaram com veemência. A sessão acabou sendo adiada para a próxima terça-feira.

Prazo de filiação aos partidos pode mudar

O relator da Comissão de Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições, deputado Prisco Viana (PMDB-BA), que continua examinando as 488 emendas apresentadas aos anteprojeto das três subcomissões, pretende restabelecer, no seu substitutivo, o prazo mínimo de seis meses de filiação partidária para os candidatos a cargos eletivos.

O prazo, inicialmente proposto no anteprojeto da Subcomissão da Organização Eleitoral, acabou sendo ampliado para um ano. Viana pretende também estabelecer no substitutivo os princípios gerais de inelegibilidade, sem contudo entrar em pormenores, como a Constituição atual. O objetivo é preservar as eleições das influências do poder econômico e da máquina administrativa do estado.

Marinha defende os seus interesses

O ministro da Marinha, almirante Henrique Sabóia, reuniu, ontem, cerca de 28 parlamentares para falar sobre "as realidades, as possibilidades e as limitações" da Marinha brasileira. Reunidos no auditório do Ministério, os constituintes ouviram uma exposição sobre a organização administrativa da Marinha e sobre temas como "os interesses marítimos brasileiros", "poder marítimo e poder naval" e "fortaleci-

mento do poder naval", além de tomar conhecimento de projetos de pesquisas por ela desenvolvidos.

A exposição do ministro Sabóia e do chefe do Estado-Maior da Armada, almirante Hermes da Fonseca, sensibilizou os constituintes. A deputada Maria de Lourdes Abadia (PFL-DF), membro da Comissão de Ordem Social, parabenizou o ministro por essa iniciativa.